

## PLANO DE SAÚDE FOI RENOVADO E SINDICATO CONTINUA EM BUSCA DE OPÇÕES

*Não há impedimento para que outra empresa opere planos aos metroviários*



O plano de saúde foi renovado com vistas a oferecer o melhor benefício aos nossos filiados. O reajuste final foi de 21,9% em relação aos valores pagos em 2015. Apesar da busca por novas opções, não houve proposta de outras operadoras.

Mesmo o contrato tendo sido fechado com a Unimed, o SindMetrô continua a procura de outras operadoras, para que possa ser oferecido aos empregados do Metrô-DF uma opção em paralelo que ofereça um custo-benefício melhor.

Ressaltando que não há exclusividade de plano nos

termos do contrato firmado entre o SindMetrô e a Seguros Unimed, isso nos dá maior liberdade para buscar melhorias e opções melhor posicionadas à categoria.

O convênio firmado com o Saúde Sim dá aos empregados a alternativa de um plano mais simples e mais acessível financeiramente. Há opções por planos de apartamentos e enfermarias, além de ter cobertura nacional em emergência e ampla rede de consultórios no Distrito Federal. Para mais detalhes, entre em contato com o SindMetrô.

### Veja Também

**O risco da privatização  
de outros Metrôs**  
**Página 03**

**Editorial:**  
**Página 02**

**Curtas: Metrô-DF trava negociações  
dos termos do ACT**  
**Página 02**

**O esquema da licitação  
das empresas de ônibus**  
**Página 04**

# Editorial

A luta nunca pode parar, e de fato quando se trata dos metroviários do Distrito Federal, ela não para mesmo. Entretanto ela tomou um novo formato quando trocou a força bruta pela estratégia.

Tivemos muitas vitórias e estamos aguardando muitas outras com o retorno do gasto com pessoal, por parte do GDF, para abaixo do limite prudencial, mas independente disso “a luta nunca para”, nos mais diversos campos.

As negociações do Termo Aditivo ao ACT 2015/2017

continuam, com alguns avanços nas cláusulas sociais, mas ainda brigando por avanços nas financeiras. A compra da nova sede foi concluída e em breve a reforma será iniciada. Os metroviários também já podem contar com nova opção de plano de saúde, com redução considerável de custos.

A SindMetrô/DF, sempre foi reconhecido pelo seu empenho, determinação e perseverança, hoje, estas qualidades representam como nunca o espírito deste Sindicato e da categoria que faz ele existir.

QUINTINO DOS SANTOS



## Curtas

As ações coletivas geridas pelo SindMetrô foram organizadas e estão devidamente listadas pelo departamento jurídico do sindicato. Os interessados em saber mais sobre alguma das pautas, deverão entrar em contato com o Júlio, diretor jurídico.

Ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de abril o 5º encontro nacional de mulheres metroferroviárias. O evento aconteceu em São Paulo e foi pautado por políticas de valorização das mulheres em seus postos de trabalho nos metrôs de todo o Brasil.

A negociação do ACT está ocorrendo conforme o previsto, porém, a empresa não quer negociar pautas financeiras e está travando as reuniões.

Caso a LRF não impeça, a convocação dos aprovados no concurso de 2013 está prevista para começar em maio.

**SindicalizôMetro**  
**FILIE-SE TAMBÉM**

O Metrô-DF foi obrigado pela justiça trabalhista a reduzir a carga horária de jornalista empregada da empresa. Além disso, terão que pagar 3h extras por dia trabalhado da funcionária.



**SindMetrô/DF**

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES METROVIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL

SDS, Ed. Venâncio III, Cobertura 03, Sala 01, Brasília-DF  
CEP: 70.393-902

(61) 3322-4778

[www.sindmetrodf.org.br](http://www.sindmetrodf.org.br)

[sindmetrodf@gmail.com](mailto:sindmetrodf@gmail.com)

**SindMetrô/DF**

**@sindmetrodf\_of**

Sérgio Vinícius  
JORNALISTA DRT 10218/DF

Tiragem: 1000 exemplares

### DIRETORIA COLEGIADA

#### Titulares

**Ronaldo Amorim de Sousa**  
Secretaria de Relação Sindical

**Quintino dos Santos Sousa**  
Secretaria de Administração e Finanças

**Júlio César Lima de Oliveira**  
Secretaria de Assuntos Jurídicos

**Divina Marques**  
Secretaria de Comunicação e Mobilização

**Silas Silveira de Araújo**  
Secretaria de Relações Intersindiciais

**Webert da Costa Aires**  
Secretaria de Formação Política e Cultural e de Combate à Discriminação

**Viviane de Paiva Aguiar**  
Secretaria de Saúde do Trabalhador

#### Suplentes

**Hugo Leonardo Lopes da Silva**  
Secretaria de Relação Sindical

**Fabício Junior Cipriano**  
Secretaria de Administração e Finanças

**Cleber Calixto Lima**  
Secretaria de Assuntos Jurídicos

**Alessandro Lopes Celestino**  
Secretaria de Comunicação e Mobilização

**Neiva Lopes Sousa**  
Secretaria de Relações Intersindiciais

**Rone Evangelista de Moraes**  
Secretaria de Saúde do Trabalhador

# PRIVATIZAÇÃO DO METRÔ DE SÃO PAULO É PREJUDICIAL À CATEGORIAS DE TODO O PAÍS

*No DF, Rodrigo Rollemberg já tentou emplacar projeto de lei que permite a venda de metade das ações das estatais locais. A proposta parou na CLDF*



*A iniciativa privada já conseguiu a confirmação de duas linhas concedidas de forma total, sem retorno ao Estado*

O início da privatização de linhas do Metrô em São Paulo é preocupante não só para os colegas que trabalham na empresa, mas também é um alerta para todos membros das categorias metroferroviárias de todo o país. Com a nossa categoria esfacelada, o que eles querem é transferir toda a operação do transporte público urbano mais eficiente e lucrativo para iniciativa privada, causar a diminuição de cargos públicos, consequente diminuição de salários e firmar negócios escusos.

Todo o processo no metrô paulista começou em 2013, quando o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou uma parceria público-privada para a concessão da Linha 6, que se integra a várias outras de gestão do Estado. Além disso, o negócio previa a implantação da linha 19, incluindo operação e manutenção. O contrato tem 25 anos de vigência.

## **Sem parceria, entrega total**

Em julho de 2015 foi anunciado pelo mesmo governo paulista que seria concedido totalmente à iniciativa privada a linha 5. Alguns meses depois, em novembro, Alckmin confirmou a concessão não só da linha 5, mas também da linha 17. Elas

terminariam de ser construídas pelo governo e após a finalização das obras, seriam passadas para a operação privada. O edital para coletar propostas de interessados no serviço seria publicado em março de 2016, o que ainda não ocorreu.

Para quem acha que no Distrito Federal a questão é outra, está totalmente enganado. O Governador Rodrigo Rollemberg enviou o projeto de Lei 467 à Câmara Legislativa do DF em maio do ano passado. Nele, ações das doze estatais do GDF seriam colocadas no mercado para tentar arrecadar R\$ 2,5 bi, o que corresponde a metade do capital de todas as empresas juntas. Entre estas empresas, estão o Metrô-DF.

Ao que parece, está havendo um boicote com as estatais locais. Após o projeto ser barrado por pressão dos empregados das empresas estatais, o Governo diminuiu os investimentos e acionou a LRF para ser autorizado a cortar custos e a não cumprir acordos firmados com os empregados e nem convocar aprovados em concursos públicos totalmente legais. Se o projeto voltar aos holofotes, pode ser que 15 anos de luta dos empregados do Metrô-DF e do SindMetrô sejam jogados no lixo com a privatização da empresa.

# A SUJEIRA POR TRÁS DA RENOVAÇÃO DOS ÔNIBUS NO DISTRITO FEDERAL

*Ação impetrada pelo Ministério Público do DF só teve prosseguimento neste ano. As empresas foram condenadas a pagar R\$ 50 mil das custas do processo*

A privatização de braços do transporte público passa não apenas pelas prestação do serviço que deveria ser de acesso a todos, mas também por uma questão moral. Realizada em 2012, a licitação das novas empresas de ônibus do DF foi anulada pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública do DF no início deste ano.

De acordo com a denúncia feita pelo Ministério Público em 2013 e acatada pelo magistrado, o advogado Sacha Reck, que integrava a comissão de licitação, atuou de forma ilícita na gestão e consultoria contratadas. Outro fato apontado pela justiça foi de que havia relação entre os sócios e diretores das empresas que deveriam ser concorrentes.

Grupos milionários têm o controle de vários setores econômicos que são de natureza pública, mas que são feitas concessões para que empresas controlem

aquelas áreas e dêem à sociedade uma prestação de serviços justa. Mas, o que importa para os empresários é apenas o lucro crescente e a obtenção de metas, colocadas sem pensar nos funcionários e no usuário final: o cidadão.

Caso a sujeira do transporte público privatizado chegue ao Metrô-DF, a previsão é termos o congelamento salarial e a desvalorização das carreiras construídas em quase 15 anos de muita luta e suor derramado pelos empregados da referida empresa. Esquemas de licitações e a precarização dos serviços em detrimento dos lucros incessantes também são fatos a serem destacados.

Foi dado prazo de 180 dias ao Governo do Distrito Federal para que se faça uma licitação lícita e regularize a situação do principal transporte da Capital Federal.

---

## CANSADOS DE SE EXPÔR A RISCOS, METROVIÁRIOS PARALISAM ATIVIDADES

*Categoria votou pela paralisação em dia que haveria horário especial, empresa desistiu de ação que julgaria movimento ilegal e reconheceu dificuldade*

Com o quadro defasado há muitos anos e sem reposição mínima de funcionários, os empregados do Metrô-DF tomaram uma decisão histórica no último mês com a chancela do Sindicato. Mesmo avisada dos riscos e da falta de condições pela quantidade de pessoas em serviço, a empresa havia anunciado horário especial para o dia da votação do impeachment na Câmara dos Deputados. Com medo do que poderia acontecer nos vagões e nas estações, foi decidido pela categoria de que haveria paralisação para resguardar a integridade física dos passageiros e dos próprios funcionários.

É sabido que a falta de empregados tem prejudicado a operação da empresa. Mesmo assim, o GDF insiste em manter a discussão na base da Lei de Responsabilidade Fiscal e não se esforça para recompor o quadro de empregados.

O Metrô-DF havia conseguido uma liminar que julgava o movimento ilegal. Mas a ação não durou muito. A própria empresa reconheceu que não teria condições de fazer a operação em horário especial e desistiu da ação, cancelando qualquer atividade.

Ficou definido que qualquer extensão ou modificação de horário que venha a prejudicar a escala dos funcionários será tratada desta maneira. Não iremos aceitar que os empregados sejam jogados aos leões para o governo fazer propaganda.

Foi decidido também que a categoria está em estado de greve pelo não cumprimento da data-base e também pelas más condições de trabalho e segurança do sistema. Podemos iniciar movimento paredista a qualquer momento caso nenhuma ação seja tomada.